

## RESENHA

*Dario de Araujo Cardoso\**

OHLER, Annemarie (Org.); MENZEL, Tom; LÖHNDORF, Jan-Martin. **Atlas da Bíblia**. Trad. Celiz Elaine Sayão. São Paulo: Hagnos, 2013. 495p.

Publicado originalmente em alemão no ano de 2004, como parte de uma biblioteca produzida pela Deutscher Taschenbuch Verlag (DTV), o *Atlas da Bíblia* é um compêndio organizado por Annemarie Ohler e ilustrado por Tom Menzel e Jan-Martin Löhndorf. Somente os dois primeiros são apresentados como autores na edição em português e não há nenhuma informação sobre outros colaboradores. Por essa razão, em nossa análise nos referiremos a Ohler como autora.

Annemarie Ohler é doutora em teologia católica e professora de alemão, religião e hebraico com especialidade em Antigo Testamento, conhecida por seu interesse em temas feministas,<sup>1</sup> ainda que esta característica pouco se manifeste na obra. Essa é a primeira obra da autora disponibilizada ao público brasileiro. Além deste volume, a autora publicou: *Mythologische Elemente im Alten Testament: Eine motivgeschichtliche Untersuchung* (1969); *Gattungen im Alten Testament* (1972-73), publicado em inglês como *Studying the Old Testament: From Tradition to Canon* (1985)<sup>2</sup> e *The Bible Looks at Fathers* (1999), bem como artigos acadêmicos.

Os dicionários da língua portuguesa definem atlas como “coleção de mapas ou cartas cartográficas em volume”. O termo deriva de um personagem

---

\* Mestre em Teologia (Antigo Testamento) pelo CPAJ, em Ciências da Religião pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e doutorando no Programa de Semiótica e Linguística Geral das FFLCH/USP. Professor assistente de Teologia Pastoral no CPAJ e professor de Teologia Exegética no Seminário Rev. José Manoel da Conceição, em São Paulo.

<sup>1</sup> Cf. BENJAMIN, Don C. Resenha. The Bible Looks at Fathers. *Catholic Biblical Quarterly* 64, 1 (Jan. 1, 2002), 140-141.

<sup>2</sup> Cf. WATTS, John W. Resenha. Studying the Old Testament: From Tradition to Canon. *Review & Expositor* 84, 1 (Dec. 1, 1987), 121.

mitológico que tinha esse nome e que era “representado por um gigante carregando sobre os ombros a abóbada celeste”.<sup>3</sup> Por extensão, o termo é utilizado para livros compostos como “coleção de gravuras, gráficos, etc., relativos a uma dada ciência”.<sup>4</sup> Assim, o propósito da obra é fazer uma exposição abrangente de temas e tópicos ligados à Bíblia. Ela se divide em 24 partes. A primeira é uma introdução geral, nove tratam do Antigo Testamento, dez do Novo Testamento, uma trata do cânon, uma da interpretação bíblica, as duas finais são uma cronologia e há uma bibliografia.

A introdução trata dos aspectos culturais concernentes ao contexto em que se formou o texto bíblico como história, ambiente religioso, línguas, etc. Em seguida, o Antigo Testamento é estudado por meio de uma introdução que foca em questões de conceito e conteúdo, e de uma exposição em blocos assim denominados: O Pentateuco, A obra histórica deuteronomista, Os profetas, Literatura apocalíptica, Os salmos, A literatura sapiencial, A literatura narrativa posterior, A época do segundo templo.

Na sequência, o Novo Testamento é estudado a partir de uma introdução geral, uma introdução aos evangelhos, um estudo sobre os evangelhos sinóticos, sobre Atos dos Apóstolos e sobre os textos joaninos. Após uma introdução acerca da vida e ministério de Paulo, são estudadas as suas cartas e aquilo que a autora chama de repercussão das cartas de Paulo<sup>5</sup> e textos doutrinários tardios e, por fim, uma exposição de Apocalipse.

A seção sobre o cânon retoma e amplia alguns conceitos já tratados na introdução geral e buscar dar conta de como a comunidade cristã tratou os testamentos. Por sua vez, a seção sobre interpretação bíblica faz um apanhado muito panorâmico da história da interpretação bíblica e foca na descrição e justificativa das metodologias de interpretações contemporâneas.

A edição é primorosa, feita em cores, em papel couchê, o que, além de embelezar, diminui o volume do livro, embora prejudique a leitura em ambientes muito iluminados. Os gráficos em grande quantidade são muito bem produzidos e diversas vezes realizam aquilo que as informações e os argumentos não conseguiram estabelecer (e.g., p. 13).

Ainda no aspecto editorial, a grande maioria das páginas apresenta um parágrafo levemente deslocado na margem direita que se confunde com o texto, mas o interrompe com informações avulsas que várias vezes nem correspondem ao assunto em discussão. Essa interrupção prejudica a fluência da leitura

<sup>3</sup> CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4ª ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010, p. 67.

<sup>4</sup> HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 335.

<sup>5</sup> 2 Tessalonicenses, Colossenses, Efésios e as pastorais, documentos que a autora afirma não terem sido escritos por Paulo, mas por seus discípulos.

e distrai o leitor, que se vê forçado a tentar estabelecer a relação entre aquele parágrafo com o restante do texto. Quadros explicativos, que são utilizados em outros momentos, também seriam mais apropriados tanto do ponto de vista do conteúdo, quanto da estética.

O lugar dedicado aos ilustradores na produção da obra indica que a criatividade e a construção de imagens são bases em que se fundamenta o livro. É curiosa a completa ausência de referências bibliográficas para as afirmações. A inclusão de uma extensa bibliografia ao final da obra não supre a necessidade de apresentar fundamentos e principalmente evidências do que está sendo afirmado. Além do mais, por vezes uma consulta a obras de referência evitaria deslizos como a crassa confusão entre as datas e as propostas dos partidos dos fariseus e dos saduceus (p. 14).

A perspectiva da obra é abertamente contrária aos padrões da tradição evangélica conservadora. O constrangimento é tamanho que os editores se viram obrigados a adicionar uma nota, logo após o sumário, tentando justificar a leitura da obra, a despeito do ataque à historicidade e à autenticidade da Bíblia, com base num suposto “aperfeiçoamento do pensar cristão” (p. 7) que permitiria aos cristãos a aquisição de subsídios para “defender a sua fé com argumentos inteligentes e tecidos por meio de um estudo sério dos relatos bíblicos”, deixando entender que as defesas da fé não têm sido feitas assim. Isso não impede, digamos desde já, que, a despeito do desprezo pela historicidade do conteúdo, boas observações e aplicações sobre o texto sejam encontradas em certos momentos.

Logo no primeiro parágrafo (p. 8) a comparação dos *Vedas* com a Bíblia chama a atenção. Estes escritos hinduístas, datados do 2º milênio antes de Cristo, são apresentados como modelo de referência para a “noção de que a Bíblia é a ‘palavra de Deus’”. Essa comparação é muito infeliz. Primeiro, num sentido mais básico, porque os *Vedas* não são considerados palavra de Deus; os hinduístas nem creem em um deus pessoal. Segundo, por ser francamente improdutiva, porque pouquíssimas pessoas sabem o que são os *Vedas*. Terceiro, porque a comparação nem de longe ilustra o conceito teológico de revelação em que se baseia a noção de Palavra de Deus (com letras maiúsculas e sem aspas). Igualmente infeliz é a equiparação de Jesus com Buda e Maomé (p. 288). Situações falaciosas como estas, que criam falsos silogismos, assolarão o leitor por todo o livro. Não haverá espaço suficiente para rebater contradições (e.g., p. 16), incorreções (e.g., p. 64), imprecisões (e.g., p. 42), falsas pressuposições (e.g., p. 24) e até mesmo fantasias (e.g., p. 159) espalhadas ao longo de toda a obra.

É impressionante observar que em pleno século 21 ainda haja pessoas que sustentam a Hipótese Documental de Julius Wellhausen, conhecida como JEDP. A descrença na veracidade da Bíblia existirá até o retorno de Jesus, mas é incompreensível como um pesquisador contemporâneo possa, após todos os

avanços da arqueologia bíblica, sustentar, sem qualquer evidência, que o texto bíblico se originou na confluência de quatro documentos criados a partir do século 8º a.C. Tal proposta só se sustentou sob os auspícios do racionalismo do período moderno que transformava em verdade as concepções da mente humana decaída. Por conta dessa realidade, a autora oscila admitindo a proposta de que o texto do Antigo Testamento se formou por camadas (p. 24), de que foi compilado no tempo de Esdras (p. 40, 436), de que foi alterado pelos rabinos judeus (p. 438), uma sopa de propostas contraditórias entre si. Fica claro que a autora está mais preocupada em fazer interpretações agradáveis à sua comunidade do que em manter a coerência de seus posicionamentos. E mesmo reconhecendo que as reconstruções documentárias permanecem incertas (p. 48ss) e que o projeto da crítica das fontes fracassou (p. 63), mantém sua proposta e reluta em aceitar os elementos arqueológicos que confirmam a história bíblica (p. 26-27).

Sem qualquer pudor, ela chama o contexto de Deuteronômio de ficção (p. 91) e afirma que as narrativas do Êxodo não tem a “ideia de relatar tudo da maneira como deve ter acontecido” (p. 82). Rejeita qualquer possibilidade de Moisés ser autor de qualquer parte do texto bíblico, pois identifica o cântico de Débora como o texto mais remoto do Antigo Testamento (p. 108). Por outro lado, usa de ampla liberdade criativa para descrever a vida de Israel na terra (p. 114). Por fim, a inclusão e tratamento igualitário dado aos livros apócrifos e deuterocanônicos é inconcebível para uma editora evangélica.

Quanto ao Novo Testamento, ao defender que os discípulos não poderiam ter inventado a história de que João Batista batizou Jesus (p. 288), deixa aberta a sugestão de que outros episódios podem ter sido criados. Defende que os evangelhos são fruto de uma revisão dos ensinamentos de Jesus em virtude das Guerras Judaicas contra Roma. Até então os discípulos teriam entendido que Jesus ensinara que o seu reino deveria fixar-se em Jerusalém (p. 302).

Na questão da autoridade do Novo Testamento, defende que os autores cristãos até o 2º século consideravam somente os livros do Antigo Testamento como Escritura Sagrada (p. 303). Desconsidera assim o testemunho de 2Pe 3.15-16, a evidência bíblica de que os escritos neotestamentários eram lidos publicamente nas reuniões da igreja (Cl 4.16; 1Ts 5.27; 1Tm 4.11; Ap 1.3, 2.7,11,17,29; 3.6,13,22) e esconde o fato de que não há documentos cristãos, exceto os do texto bíblico, anteriores ao 2º século, e que os primeiros documentos escritos já reconhecem a autoridade espiritual dos evangelhos e das cartas de Paulo, como, por exemplo, a carta de Clemente de Roma aos Coríntios (47.1-3), que afirma a inspiração de 1 Coríntios.<sup>6</sup> O mesmo erro será cometido

<sup>6</sup> Cf. COSTA, Hermisten Maia Pereira da. *A inspiração e inerrância das Escrituras: uma perspectiva reformada*. São Paulo: Cultura Cristã, 2008, p. 28-29.

na p. 311, quando a autora considera que os evangelhos foram os primeiros escritos cristãos utilizados para leitura nos cultos.

Além disso, a relação entre a “perda” dos originais e a não consideração dos textos como imutáveis (p. 304) é falaciosa. O texto valia pelo seu conteúdo e não por sua originalidade documental. Até mesmo a pequena quantidade de documentos disponíveis impossibilita a presunção de que os textos podiam ser modificados, pois a maior parte das diferenças apontadas nessa época decorre de erros de cópia e transcrição. O argumento de que Mateus e Lucas reescreveram Marcos chega a ser ridículo, pois na verdade o que se supõe (com grande debate) é que eles escreveram seus evangelhos baseados em Marcos, não que reescreveram o livro.

Algumas propostas são tão absurdas que várias vezes os editores são obrigados a inserir notas contestando as afirmações do texto. Na pág. 106, há uma nota contestando a afirmação de que o relato da conquista é fictício. Na p. 192, outra nota rebate a afirmação de que única previsão autêntica do livro de Daniel não se cumpriu. Nas p. 412 e 414, os editores são novamente obrigados a inserir notas contestando a autora ao afirmar que 2 Tessalonicenses não é de autoria paulina, mas produção pseudoepígrafa de um discípulo. Acrescente-se que o mesmo é afirmado sobre as cartas de Colossenses, Efésios, 1 e 2 Timóteo e Tito. A autora nega também a autoria joanina das cartas de João atribuindo-as a um discípulo do apóstolo autodenominado “ancião”. E nem se dá ao trabalho de justificar a negação da autoria das cartas de Pedro, Tiago e Judas. Para a autora, Paulo é como Sócrates ou Rabi Aquiva, que se torna alvo de veneração em textos e histórias criadas por seus discípulos. Afirma que, ao chamar seus auxiliares de ministros, Paulo legitimava essa prática (p. 414-415). Ao que parece, a mesma compreensão é assumida em relação às cartas de Tiago, Pedro, Judas e João. A partir daí, qualquer análise sobre essas cartas torna-se descartável.

A obra tem um manifesto compromisso com a destruição dos fundamentos da fé. Por vezes, ela faz isso até mesmo de modo desonesto. Por exemplo, ao descrever o trabalho de Jerônimo em traduzir a Bíblia para o latim, valendo-se do hebraico e do grego para fazer seus comentários, a autora, sem qualquer argumento, afirma: “Depreende-se disso a ideia de que os textos bíblicos não são a palavra de Deus em si, mas testificam a respeito dela” (p. 443). Pode-se afirmar exatamente o contrário: a preocupação de Jerônimo em comparar os textos disponíveis atesta a grande importância que ele dava em seguir o texto o mais fielmente possível.

Ao abrir a seção de interpretação bíblica (p. 448), a autora critica a proposta de uma única interpretação correta e defende uma diversidade de significados válidos, incluindo aqueles do judaísmo. Adiante põe em questão a validade do ensino bíblico para os nossos dias. Ao falar da interpretação moderna, defende novamente os múltiplos significados a partir das teorias da recepção

(p. 462), mas propõe como instrumento de controle as várias propostas de exegese histórico-críticas, como forma de prevenção contra interpretações arbitrárias (p. 463). Tal prevenção é descrita, de forma anacrônica, com um esvaziamento da autoridade bíblica: “Quando se conhece o contexto no qual surgiram alguns textos antissemitas no NT ou trechos que exaltam a violência no AT fica impossível ouvir ali a palavra eternamente válida de Deus, que demanda obediência” (p. 464). Por fim, combate a leitura dos “textos bíblicos como parte de uma história que vai da Criação até o fim do mundo” (p. 465).

Sua cristologia é frontalmente contrária à ortodoxia cristã. É, no mínimo, estranha a expressão de que, por causa de suas adversidades, os indivíduos “pensavam estar dominados, ‘possessos’ por forças malignas”, e que Jesus pensava isso também (p. 320). Torna assim a possessão demoníaca uma avaliação, uma impressão de Jesus e das pessoas, e não uma realidade espiritual vencida por Jesus. O mesmo se dá na p. 331, onde a autora afirma que talvez Jesus “tivesse entendido o seu sofrimento como parte do final dos tempos”, e na p. 344, onde se diz que Jesus fracassou na missão para com o seu povo. Igualmente absurdo é sugerir que Jesus, num ato de covardia, se escondeu na hora de sua morte (p. 372), deturpando completamente o sentido de João 12.36. Quando trata da ressurreição (p. 332-335), a questão se complica sensivelmente. Ainda que admita que algo *sui generis* está acontecendo na comunidade cristã (p. 334), a autora trata a ressurreição como uma crença, e não como um acontecimento. Ignora inexplicavelmente os relatos da ressurreição ambientados em Jerusalém, ao afirmar que os discípulos foram para a Galileia frustrados, e não, como indica o texto bíblico (Mt 28.10), para atender ao comando de Jesus de se encontrarem ali com ele. Estranhamente, usa aspas para se referir à aparição de Jesus e afirma que Paulo não apresenta provas da ressurreição de Jesus, apenas testemunhas que poderiam ser consultadas. Deixa assim, a ressurreição na zona cinzenta de uma forte convicção da igreja primitiva. Na p. 370, a autora contraria frontalmente a teologia cristã ao afirmar que, para João, Jesus era deus somente no sentido de ser divino, diferenciando-o do único Deus de Israel. Na p. 424, descreve Jesus como o ser mais próximo de Deus. Não há dúvida de que tal posicionamento é herético.

Conhecida por sua história de publicações de elevado nível teológico e de compromisso com a fé cristã, a Editora Hagnos infelizmente publicou uma obra que não se harmoniza com a ortodoxia evangélica e dificulta uma saudável compreensão da Escritura. Esperamos que a editora retome seu bem-sucedido caminho de fornecer ao público brasileiro obras teológicas de qualidade e que, ao mesmo tempo, contribuam para o crescimento na fé e a promoção da causa de Cristo em nossa sociedade.